



INVENTANDO GÊNERO: FEMINISMO, IMPRENSA E PERFORMATIVIDADES SOCIAIS NA CIDADE DO RIO GRANDE (1919 A 1932)

Ana Luiza Timm Soares¹

Ao trabalhar sobre as lutas de representação, cuja questão é o ordenamento, portanto a hierarquização da própria estrutura social, a história cultural centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada camada social, grupo ou meio, um ser-percebido e constitutivo de identidade². Nesse sentido, a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso, fixando limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras³.

Desta forma, tornou-se impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida⁴. Chartier; tomando como parâmetro os estudos bourdieusianos; utiliza-se do conceito de violência simbólica que ajuda a compreender como a relação de dominação – que, para este autor, é uma relação histórica, cultural e lingüisticamente construída - é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irredutível, universal.

Em outro sentido, para Judith Butler⁵ o conceito de performatividade desloca a ênfase na identidade como descrição, como aquilo que é – ênfase que, de certa forma, é mantida pelo conceito de representação – para a idéia de tornar-se. Desta forma, a autora trabalha com a perspectiva de identidade em movimento e transformação, sendo esta mutável de acordo com o momento sócio-histórico em que se insere.

Assim, é possível afirmar que a performatividade deve ser compreendida a partir de normas impostas aos sujeitos e com relação às quais eles podem viver ou entrar em conflito, normas que vêm de fora, mas são internalizadas e literalmente incorporadas. Procuro, assim, articular discurso, performatividade, gênero e identidade, pois:

Gênero é, portanto, um efeito dos atos de fala, cuja violência está em se apresentarem como reais, naturais, produzindo uma estrutura sempre binária e hierarquizada. Esse efeito é produzido, mantido, recusado e eventualmente modificado nos atos de fala disponíveis em nossa sociedade⁶.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: anatimmsoares@yahoo.com.br

² CHARTIER, 1989: p. 08.

³ FOUCAULT, 2006: p. 36.

⁴ BUTLER, 2003: p. 20.

⁵ BUTLER, 1999.

⁶ PINTO, 2007: p. 04.



Entre estes “atos de fala disponíveis” descritos por Pinto, destaco o papel da imprensa. Ao transportar o performativo para o discurso do jornal *O Tempo*, amplia-se o conceito lingüístico para o âmbito midiático, porém conserva-se sua essência: o fato de estar inserido naquele espaço garante ao enunciado um valor inquestionável, que ultrapassa o significado da mensagem e passa a ter um valor agregado às características do próprio suporte.

Desta forma, a linguagem jornalística, mais que designar fatos de acordo com suas características específicas de representação, constitui-se em *fórmula do performativo*, isto é, indicativos de uma ação concretizados naquilo que Deleuze⁷ chama de *ato ilocucionário*, um discurso de ação que exerce sobre o leitor as características de uma “palavra de ordem”, de um ditado valorativo em torno do objeto descrito ou informado na matéria jornalística.

John Austin⁸ foi um dos precursores na análise performatividade da linguagem, afirmando, a partir de sua teoria dos “atos de fala”, que as afirmações dos enunciados não apenas descrevem algo sobre o mundo, e sim, fazem algo no mundo. Foucault⁹, ao analisar estas questões, relata que os discursos possuem uma materialidade própria, formando, assim, os objetos de que se dispõe a falar. Já Butler toma o conceito de performatividade aplicando-o para a questão de gênero, pois “a performatividade deve ser compreendida não como um ‘ato’ singular ou deliberado, mas (...) como a prática reitrativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia¹⁰”

Dentro dessa perspectiva, os sujeitos nunca são pré-discursivos; e sim, constituem-se a partir das relações (de poder) nas quais se inserem. Desta forma, tais proposições levam a vislumbrar o gênero como um processo performativo, extremamente atrelado à linguagem. Nesse sentido, a base desses estudos está na descoberta da existência de determinados enunciados, ditos performativos “que têm a propriedade de poder, e, em certas condições, realizar o ato que eles denotam, isto é, ‘fazer’ qualquer coisa pelo simples fato do ‘dizer’¹¹”.

Ao analisar o performativo no jornalismo, Gonçalves & Faro¹² relatam que essa abordagem permite introduzir na análise sua caracterização não só como espaço determinado dialeticamente por demandas de natureza mercantis e intelectuais, mas também como exercício midiático performativo, espaço de poder social estruturado pela linguagem.

⁷ DELEUZE, 2005.

⁸ AUSTIN, 1998: p. 111.

⁹ FOUCAULT, 2008: p. 55.

¹⁰ BUTLER, 2001.

¹¹ CHARAUDEAU, & MAINGUENEAU, 2004: p. 72.

¹² GONÇALVES & FARO, 2009: p. 86 – 92.



A construção do discurso jornalístico, dessa forma, pode ser vista genericamente como um campo de abrangência que ultrapassa o aspecto informativo ou construtor da realidade: ele estrutura a percepção dos leitores, orienta suas apreensões, conduz pragmaticamente a localização de sua recepção no complexo de sentidos presente em cada pauta. Assim, de que forma estas concepções são apreendidas pelo conjunto social? Silva comenta sobre a eficácia destes *enunciados performativos*:

a eficácia produtiva dos enunciados performativos ligados à identidade depende de sua incessante repetição. Em termos da produção da identidade, a ocorrência de uma única sentença desse tipo não teria nenhum efeito importante. É de sua repetição e, sobretudo, da *possibilidade* de sua repetição que vem a força que um ato lingüístico desse tipo tem no processo de produção da identidade¹³.

Assim, “a identidade de gênero é performativamente construída pelas expressões que são consideradas seus resultados¹⁴”. Gonçalves¹⁵ também analisa que Butler se respalda, em sua proposta, na re-elaboração do conceito de *atos de fala performativos* de Austin, segundo os quais a palavra representa ou produz o que denomina.

Também segundo Avelar¹⁶ as identidades são constituídas por atos de linguagem, sendo que elas estão sujeitas a algumas das propriedades da linguagem – os processos de significação, especialmente. Como coloca Pinto, a linguagem é um elemento central de garantia de identidades pois:

(...) as ações não lingüísticas que postulam o sujeito, quando descritas, são ao mesmo tempo repetidas nos atos de fala que as descrevem. A linguagem não reflete o lugar social de quem fala, mas faz parte desse lugar. Assim, identidade não preexiste à linguagem; falantes têm que marcar suas identidades assídua e repetidamente, sustentando o “eu” e o “nós”. A repetição é necessária para sustentar a identidade precisamente porque esta não existe fora dos atos de fala que a sustentam¹⁷.

Também para Silva¹⁸, ao serem pronunciadas, determinadas proposições fazem com que algo se efetive, ou seja, aquilo que se diz pode definir ou reforçar identidades. A partir destas proposições procuro empreender minha análise.

Os enunciados performativos do feminino e do masculino que são publicados/divulgados em distintos meios de comunicação destacam para uma divisão de poderes hierárquica na sociedade, apontando para a construção de papéis e identidades sociais. No caso em questão, minha análise centra-se na produção discursiva do jornal *O Tempo*. Desta forma, “a tarefa é justamente formular,

¹³ SILVA, 2000: p. 94.

¹⁴ BUTLER, 2003: p. 48.

¹⁵ GONÇALVES, 2007: p. 34-58.

¹⁶ AVELAR, 2008. p. 53.

¹⁷ PINTO, 2002.

¹⁸ SILVA, 2000: p. 92 e 93.



no interior dessa estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam¹⁹”.

Ao analisar estas questões, Pinto²⁰ afirma que são as condições do ato de fala, e não sua fórmula em palavras, que operam o performativo; assim, qualquer sequência discursiva é um enunciado performativo. Desta forma, deve-se questionar se o agir da linguagem é o mesmo agir do sujeito. De que forma esse dizer-ação se relaciona com os sujeitos?

O sujeito que fala é aquele que produz um ato corporalmente; o ato de fala exige o corpo. O agir do ato de fala é o agir do corpo, e definir esse agir é justamente discutir a relação entre linguagem e corpo. (...) Assim, a presença material e simbólica do corpo na execução do ato é uma marca que se impõe no efeito lingüístico. Uma ameaça se materializa pelo enunciado performativo que a opera, mas também pelo efeito do movimento do corpo que executa o enunciado. (...) O efeito de fala é operado ao mesmo tempo pelo que é dito, por quem diz, e como é dito²¹.

Nesse sentido, Foucault²² compartilha de tais proposições, na medida em que afirma que os enunciados devem ser analisados tendo em vista as seguintes premissas: quem diz, de onde profere suas palavras, e para quem as pronuncia. Como anteriormente mencionado, o *autor* de determinado texto não se refere ao indivíduo em si, e sim, têm a funcionalidade de dar unidade e agrupamento ao discurso.

Embora houvesse múltiplas frentes de luta no tocante ao feminismo da “primeira onda”, o movimento liderado por Bertha Lutz na década de 1920 assumiu caráter hegemônico naquele momento, em que pese sua presença constante nas páginas do jornal *O Tempo*. Este grupo imbricava-se às reivindicações ligadas à busca pela cidadania, sendo que as lutas em favor do sufrágio tiveram maior destaque no período.

A luta pela conquista do voto mereceu ênfase nas páginas do jornal *O Tempo*, sendo contabilizados aproximadamente 50 artigos que discutiram a temática, seja em âmbito regional, nacional e, também, internacional. Nesse sentido, o empenho das feministas sufragistas, cujos anseios suscitaram árduas discussões políticas em distintos países no que concerne ao período estudado, parece ter causado certas inquietações no interior da comunidade urbana brasileira e propagado, em âmbito local, através de artigos publicados pelo jornal analisado, fato que se pode explicitar tomando como objeto de exemplificação o seguinte texto:

O feminismo:

Somos daquelles que não acreditamos no movimento feminista em nosso paiz, em que péze as suas mais brilhantes defensoras. Tudo quanto nesse sentido se tem feito ou se pretenda fazer por aqui, reduz-se a uma questão de temperamento, exaltação, desejo de ineditismos. Porque afinal o feminismo no Brasil? Numa terra

¹⁹ BUTLER, 2003: p. 22.

²⁰ PINTO, 2007: p. 07.

²¹ IDEM, p. 10 e 11.

²² FOUCAULT, 2008.



onde a mulher desfruta o maior bem-estar; num paiz, onde o homem mantém o culto do bello sexo com verdadeiras subserviências, as idéas de equiparação dos direitos femininos aos masculinos tem qualquer coisa de extemporâneo. A idéa póde ser procedente em se tratando de paizes outros. Nos EUA, por exemplo. Ali haverá talvez necessidade de se dar á mulher misteres outros que não exatamente os do lar. Povo essencialmente pratico, a mulher ocupa na esphera das actividades um logar em nada inferior ao do homem. Não assim em nossa pátria. Ninguém vê a mulher como um factor de progresso material, a não ser o da reprodução; cada homem é um eterno enamorado, cada mulher uma deusa, a que rendem vassalagem dezenas de áulicos. Nos bondes, nos logares publicos, basta surgir uma mulher para que os homens se afastem, como se um ente sobrenatural passasse. Quando palestram com as senhoras, refinam o estylo, com receio de que uma palavra menos elegante fira as delicadas ouças da interlocutora. Nenhum homem, no Brasil, julga de bom tom, ao lado de uma senhora ou senhorinha, fazer incidir a palestra sobre assumptos que não sejam o cinema, os vestidos, os bailes, quando muito as partidas de bolapé. Um homem que ignore taes assumptos, mas conheça a politica, litteratura ou finanças, sente-se impossibilitado de trocar idéas com as mulheres. O feminismo não se comprehende, não tem razão de ser entre nossas gentes²³.

Ao afirmar que “(em nossa pátria) ninguém vê a mulher como um factor de progresso material, a não ser o da reprodução”, o articulista criava um dos enunciados performativos referente ao que seria a “mulher brasileira”, diferenciando-a das demais mulheres que habitavam o planeta, bem como anunciava uma relação de alteridade entre o que era considerado “masculino” do que era “feminino”.

Nesse sentido, ao imprimir enunciados performativos sobre a mulher brasileira, o referido periódico contribui no processo de subjetivação do feminino, “estabelecendo lugares de fala e atuação, delimitando funções, induzindo comportamentos, instituindo representações sociais e, sobretudo, restringindo o humano à condição binária, hierárquica e reprodutora²⁴”.

Ao discorrer sobre a produção de identidades de gênero, Louro²⁵ afirma que estas, e também as identidades sexuais, se constroem relacionalmente, o que não aponta para uma simples oposição entre dois pólos. Assim, várias formas de sexualidade e de gênero são interdependentes, ou seja, afetam umas às outras.

Em outro sentido, apropriando-se de arquétipos identitários binários, construídos historicamente e cristalizados no campo das mentalidades, o articulista do diário *O Tempo* questionava o porquê da existência de um movimento liderado por mulheres no território nacional, visto que, aqui, os homens mantinham o culto ao “bello sexo”, sendo as mulheres consideradas como “entes sobrenaturais”.

Partindo destas afirmações não fica evidente a emergência do feminismo no Brasil? Tendo em vista que já no século XVIII o marquês de Condorcet perguntava as razões para a exclusão das mulheres da cidadania quando estas tinham as mesmas capacidades morais e racionais dos

²³ *O Tempo*, 05/10/1921 – Quarta-feira, ano XV, nº 250. 1ª p., 2ª coluna.

²⁴ SWAIN, 2001: p.17.

²⁵ LOURO, 1997: p. 49.



homens²⁶, pode-se inferir que, apesar da argumentação de alguns pensadores favoráveis à causa da mulher, a condição feminina concernente à esfera pública modificaria-se apenas através de um processo de longuíssima duração.

A comunicação, neste caso o jornal *O Tempo*, expunha assim sua própria constituição categorial ao se expressar, e as matizes de inteligibilidade do discurso social²⁷ podem ser apreendidas através de sua análise.

O voto feminino:

(...)‘Será o voto feminino uma aspiração de nossas patrícias?’

A resposta não pode ser dada senão pela negativa. Em verdade – exceptuados os entusiasmos emancipadores da senhora Bertha Lutz e de mais umas poucas damas que fazem o ‘front’ da prematura cruzada ‘for women’ – não se sabe de actos, nem sequer de palavras, com que as senhoras brasileiras tenham manifestado o desejo, ou reclamado o direito, de intervir na vida política da republica (...). E tem razão as damas brasileiras: nem tão limpa coisa é a política para que a gente asseada lhe vá bater ás portas.(...).

A concessão do voto ás mulheres seria uma optima conquista, se a intervenção das nossas patrícias na actividade eleitoral do paiz lograsse sanear as nossas praticas políticas, expungi-las dos feios vícios que as corrompem, ajustal-as aos princípios cardeaes do regimen, emergi-las da inferioridade estercoraria em que ellas jazem, purifical-as, dignifical-as. Isto, porém, não se daria, e não se daria porque fallece a todos nós, homens e mulheres, a necessária madureza espiritual para realizarmos dignamente o ideal democrático. Bem andam, portanto, as nossas criteriosas patrícias desinteressando-se, por emquanto, do problema em espécie. Tempo virá em que a emancipação intellectual lhes conquiste, socegadamente, sem hulha nem matizada, a emancipação política. Mas esta é que não pode preceder aquella: seria inverter a ordem natural das cousas...²⁸

Nesse âmbito, além de divulgar a falta de interesse das mulheres em participar da vida pública brasileira, o jornal opinava desfavoravelmente ao direito feminino de sufrágio, anunciando o caráter “sujo” da política, em oposição à pureza do gênero em questão. Além disso, este meio de comunicação declarava, ainda, a incapacidade intelectual da mulher em relação ao homem, embora denunciase a falta de maturidade para realizar o “ideal democrático” também entre o sexo masculino.

No artigo em questão, pode-se aferir que a mulher, no Brasil, devia ocupar um lugar privilegiado no que concerne ao âmbito doméstico, como mãe, esposa e dona-de-casa; evitando “aventurar-se” em outros campos, que pareciam não lhe convir.

Desta forma, a difusão de determinados preceitos pelo periódico analisado garantiria a legitimação de tais identidades no seio da sociedade rio-grandina, objetivando o manutenção das relações dicotômicas entre homens e mulheres, e o papel que cada um deveria cumprir no contexto social. Com o objetivo de respaldar estas hipóteses, concordo com Pinto²⁹ para a qual, os

²⁶ CONDORCET, 1976, p. 98. Apud SCOTT, 2005, p. 16.

²⁷ Entendo como discurso social “...tudo o que é dito ou escrito em uma determinada sociedade”. ANGENOT, M. *Un état do discours social*. Apud SWAIN, Tânia Navarro. *Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas “femininas”*. In: *História: Questões e debates*. Curitiba: Ed. da UFPR, v. 18, n° 34, jan/jun. 2001.

²⁸ O TEMPO, 05/07/1921 – ano XV, n° 150. 1ª p. 1ª coluna.

²⁹ PINTO, 2007: p. 04.



enunciados performativos “não existem senão para fazer³⁰”. Assim, a performatividade é o que permite e obriga o sujeito a se constituir enquanto tal.

Embora a documentação por mim utilizada não aponte efetivamente para uma ampla penetração deste ideal na coletividade social, os enunciados performativos impressos pelo jornal parecem almejar a normatização da conduta, do comportamento e dos hábitos da mulher rio-grandina. As ações do movimento feminista, bem como suas reações, mereceram amplo destaque no debate – partindo do pressuposto de que um debate necessita de ideologias divergentes à sua efetivação, esta definição conta com um tom de ironia – promovido por *O Tempo*.

Segundo o periódico, o feminismo não haveria razão de ocorrer no Brasil, visto o privilégio que teriam as mulheres daqui em relação aos demais países onde também se manifestaram focos de inquietude contra o *status quo*. A alteridade é marcada, então, não apenas pelo par homem/mulher, bem como pela dicotomia mulher brasileira/mulher estrangeira.

Pensando sobre a problemática da identidade, Cecília Azevedo³¹ comenta que a construção e a atribuição de identidade equivale a uma estratégia de legitimação, de afirmação de uma hegemonia, na medida em que estabelece modelos sociais de conduta. No entanto, esses modelos não são totalmente arbitrários, e sim, frutos de uma negociação simbólica.

Pode-se associar estas idéias à análise empreendida por Soihet³², no que diz respeito acerca do caráter ideológico imbuído ao movimento, na medida em que muitas feministas passaram a reivindicar direitos em nome dos valores consagrados pela ordem dominante, fato visto pela autora como uma estratégia, com o objetivo de garantir credibilidade e legitimidade à sua luta.

Também para Cunha³³ algumas feministas de então procuraram usar o discurso dominante sobre as mulheres para seus próprios fins, uma estratégia considerada arriscada, pois invocavam os mesmos argumentos usados para manter a situação que tornara o movimento emancipatório necessário. Quando se recorre a conceitos de gênero ideologicamente petrificados, recai-se numa posição conservadora e, sob uma mudança aparente, as estruturas sociais permanecem intocadas; os “novos mundos” assim concebidos só são utópicos para uma ínfima minoria.

Entretanto, não há como negar a ação do feminismo sufragista, visto os mais diversos preconceitos referentes às mulheres em distintos âmbitos sociais, e garantir a inserção destas na esfera pública era um velho anseio, por longo tempo vedado às mulheres.

³⁰ IDEM, IBIDEM.

³¹ AZEVEDO, 2003: p. 44.

³² SOIHET: 1997, 2003, 2006.

³³ CUNHA, 2007: p. 10.



Nesse âmbito, o que fez este meio de comunicação debater, de forma tão engajada, acerca de uma possível “identidade feminina” ideal, fixa, binária, hierarquizante, em contraposição à “identidade feminista”, desregrada e imprópria?

A repetição deste discurso por parte do periódico estudado sinalizava a possibilidade de mudanças na sociedade – sendo objeto deste estudo àquelas empreendidas pelo movimento feminista, alvo de construções/divulgações identitárias por parte d’*O Tempo* – tendo em vista que estas poderiam desconfigurar a idéia de identidades fixas para os sexos, iniciando-se assim, uma crise.

Considero, desta forma, que um dos pontos mais importantes da narrativa são as constantes reiterações das qualidades e comportamentos adequados às mulheres e aos homens por parte do jornal estudado, pois estas não só construía e divulgavam a figura da mulher caseira e mãe idolatrada, mas também do homem contido e respeitável, que escolhe cada palavra para entreter essa mulher, que lhe trata com todo cuidado e proteção, desde que ela mantivesse esses ideais de feminilidade intactos. Assim, tomar os discursos como sendo constituidores de sujeitos e daquilo que chamamos de realidade significa entendê-los como um elemento central da organização social e da cultura.

Ao refletir sobre “os feminismos”, Margareth Rago afirma que, com a intensificação das reivindicações do movimento feminista e a luta contra a exclusão social, as mulheres se dirigiam da esfera privada ao espaço público para nele atuarem como sujeitos e agentes das transformações econômicas, políticas e socioculturais em diferentes sociedades.

Embora o feminismo da “primeira onda” estivesse ligado, de forma mais efetiva, à busca pela cidadania, contando com estratégias de ação ainda incertas no tocante à sua efetividade, a conquista de determinados direitos por parte das mulheres seria um indício de que os tempos estariam mudando, e a hegemonia masculina nos mais diversos setores sociais se encontraria ameaçada.

Assim, visto que a identidade feminista foi construída ao longo da História através de distintos olhares, seja através das mudanças ocorridas no transcorrer dos séculos, e/ou com o intuito de legitimar determinada ideologia no seio das sociedades, *O Tempo* transmitiu, na década de 1920, as ideias de uma sociedade baseada em valores burgueses, onde a mulher deveria permanecer na esfera privada, assumindo os papéis de rainha do lar, esposa submissa e mãe amorosa e conciliadora, em contraposição às mulheres-homens, “intrometidas”, “feirronas³⁴”.

³⁴ Termos utilizados pelo periódico analisado.



A meu ver, o referido jornal ao se apropriar de imagens da mulher em seu papel “natural”, construía e divulgava “verdades” que davam sentido ao mundo em que estavam inseridos. Além disso, ao invalidar a atividade do movimento feminista através de artigos que caracterizavam o Brasil como um país onde não havia necessidade do feminismo, o jornal, através da circulação de enunciados performativos, almejava a perpetuação do poderio masculino na sociedade, principalmente no que concerne à esfera política.

Nesse âmbito, as identidades não se constituem em algo dado, e sim, em edificações sociais, culturais e mentais concomitantes com os valores e normas de determinada época, fato bastante difundido pela História, não se constituindo em algo inovador, mas que necessita ser sempre lembrado. A construção de identidades fixas para os sujeitos, empreendidas pelo meio de comunicação analisado buscava fabricar corpos dóceis³⁵, induzir comportamentos, limitando o humano à apenas uma de suas várias facetas.

Bibliografia:

AUSTIN, John L. *Performativo – Constativo*. Tradução de Paulo Ottoni. IN: Ottoni, Paulo. *Visão Performativa da Linguagem*: Campinas, SP: Editora da UNICAMP: 1998.

AVELAR, Marcus Vinicius. *Qual a sua letra? Performatividade, identidades e diversidade*. Campinas, São Paulo: 2008.

AZEVEDO, Cecília. *Identidades compartilhadas: a identidade nacional em questão*. In: ABREU, Marta & SOIHET, Rachel (org.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro, FAPERJ e Casa da palavra: 2003.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2003.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre o limite discursivo do sexo*. In: LOURO, Guacira (org). *O corpo Educado, pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica: 2001.

CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: contexto, 2004: p. 72.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Revista Annales, Nov-Dez. N° 6: 1989.

CONDORCET, 1776. Apud SCOTT, Joan. *O enigma da igualdade*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis: 2005.

CUNHA, Maria Carneiro. *O feminismo entre a ideologia e a utopia*. Labrys, N° 11. jan/jun. 2007.

³⁵ FOUCAULT, 1992.



DELEUZE, Gilles. Apud PRADO, José Luiz Aidar. *O leitor infiel diante dos mapas da mídia semanal performativa*. Revistas Fronteiras. São Leopoldo: Unisinos, vol VII, p. 39-46, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo, Edições Loyola: 2006.

_____. *O que é um autor?* Vega Passagens, 1992.

GONÇALVES, Elizabeth Moraes & FARO, José Salvador. *O performativo no jornalismo cultural: uma organização discursiva diferenciada*. Revista FAMECOS, Porto Alegre, nº 38 abril de 2009.

GONÇALVES, Gracia. *O Feitiço Contra o Feiticeiro: A Crise da Identidade Masculina*. IN: Gláuks v. 7 n. 2, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, Ed. Vozes: 1997.

PINTO, Joana Plaza. *Conexões teóricas entre Performatividade, Corpo e Identidade*. Revista DELTA, nº 23, 2007.

_____. *Estilizações de gênero em discurso sobre linguagem*. 2002. 237p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

SILVA, Thomas Tadeu. *A produção social da identidade e da diferença*. In: SILVA, Thomas Tadeu (org). *Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, Editora Vozes: 2000.

SOHIET, Rachel. *História das Mulheres*. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo. (org). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Campus: 1997.

SWAIN, Tânia Navarro. *Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas “femininas”*. In: História: Questões e debates. Curitiba: Ed. da UFPR, v. 18, nº 34, jan/jun. 2001.

PERIÓDICO

“O Tempo”. Rio Grande, 1920-1932.